

**UNIVERSIDADE TIRADENTES
PSICOLOGIA**

**LEONARDO SIQUEIRA DOS SANTOS
NÍVIA TÔRRES NEVES DE CARVALHO**

**ATUAÇÃO INTERSETORIAL DOS PSICÓLOGOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS:
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA**

**Aracaju/SE
2019**

LEONARDO SIQUEIRA DOS SANTOS
NÍVIA TÔRRES NEVES DE CARVALHO

ATUAÇÃO INTERSETORIAL DOS PSICÓLOGOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS:
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Psicologia, área da saúde, da Universidade Tiradentes, como requisito parcial para a Obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Aracaju/SE
2019

LEONARDO SIQUEIRA DOS SANTOS
NÍVIA TÔRRES NEVES DE CARVALHO

ATUAÇÃO INTERSETORIAL DOS PSICÓLOGOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS:
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Psicologia, área da saúde, da Universidade Tiradentes, como requisito parcial para a Obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Aracaju/SE
Junho 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Livia Melo de Barros
Orientadora
Universidade Tiradentes

Prof.^a MSc. Taís Fernandina Queiróz
Universidade Tiradentes

Prof. Dr. Anthony Fabio Torres Santana
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	9
2.1 - CONCEPÇÃO DE INTERSETORIALIDADE.....	9
2.2 - ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	11
3. MÉTODO	13
Tipo de estudo	13
Base de dados	13
Critério de inclusão e exclusão	13
Procedimentos	13
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
Objetivos dos estudos	20
Percurso metodológico	20
Corpus dos trabalhos	21
<i>Categoria 1 - A Intersetorialidade nas políticas públicas.</i>	22
<i>Categoria 2 - O poder de ação da intersectorialidade na promoção de saúde (da pesquisa à prática)</i>	23
<i>Categoria 3 - Os desafios da prática Intersetorial na área de psicologia</i>	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	27

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA INTERSETORIALIDADE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Acadêmico 1 Leonardo Siqueira dos Santos¹
Acadêmico 2 Nívia Torres Neves de Carvalho²
Orientadora 3 Livia Melo de Barros³

RESUMO

Este artigo tem como finalidade apresentar, através de uma busca na literatura científica, sobre a atuação do psicólogo na intersectorialidade. Foi construído através de uma revisão sistemática, tendo como objetivo em comum de reunir vários materiais científicos semelhantes e realizar uma análise dos mesmos, nas bases de busca nacional e internacional, sendo elas: Open Journal Systems; SciELO; Revistas científicas Complutenses: Universidade de Madrid; Periódicos PUC Minas; PePSIC e, HAL - archive ouverte pluridisciplinaire.fr., entre 2015 a 2019. Os principais temas emergentes foram: Intersectorialidade nas políticas públicas; o poder de ação da intersectorialidade na promoção de saúde (da pesquisa à prática) e os desafios da prática intersectorial na área de psicologia.

Palavras chaves: políticas públicas; psicologia política; inclusão social; intersectorialidade.

ACTUACIÓN INTERSECTORIAL DE LOS PSICÓLOGOS EN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA

RESUMEN

Este artículo tiene como finalidad presentar, a través de una búsqueda en la literatura científica, sobre la actuación del psicólogo en la intersectorialidad. Fue construido a través de una revisión sistemática, teniendo como objetivo en común de reunir varios materiales científicos semejantes y realizar un análisis de los mismos, en las bases de búsquedas nacional e internacional, siendo ellas: Open Journal Systems; SciELO; Revistas científicas Complutenses: Universidad de Madrid; Periódicos PUC Minas; PePSIC y, HAL - archive ouverte pluridisciplinaire.fr., Entre 2015 a 2019. Los principales temas emergentes fueron: Intersectorialidad en las políticas públicas; el poder de acción de la intersectorialidad en la promoción de la salud (de la investigación a la práctica) y los desafíos de la práctica intersectorial en el área de psicología.

Palabras claves: políticas públicas; psicología política; inclusión social; intersectorialidad.

L'ACTION INTERSECTORIELLE DES PSYCHOLOGUES DANS LES POLITIQUES PUBLIQUES: UNE REVISION SYSTEMATIQUE

RÉSUMÉ

Le but de cet article est de présenter, à travers une recherche dans la littérature scientifique, la performance du psychologue dans l'intersectorialité. Il a été construit à travers une revue systématique, avec pour objectif commun de rassembler plusieurs matériaux scientifiques similaires et de les analyser, sur la base de recherches nationales et internationales: Open Journal Systems; SciELO; Revues scientifiques complémentaires: Université de Madrid; PUC Minas Newspapers; PePSIC et HAL - archive ouverte pluridisciplinaire.fr., Entre 2015 et 2019. Les principaux thèmes émergents étaient les suivants: Intersectorialité des politiques publiques; le pouvoir d'action de l'intersectorialité dans la promotion de la santé (de la recherche à la pratique) et les défis de la pratique intersectorielle dans le domaine de la psychologie.

Mots-clés: politiques publiques; psychologie politique; l'inclusion sociale; intersectorialité.

1. INTRODUÇÃO

Diferentemente de décadas anteriores em que o psicólogo brasileiro se agrupava em consultórios/ ambulatorios distantes, distorcidos da realidade e do cotidiano da população, hoje, os serviços de cunho territorial, vinculados à saúde pública, constituem-se como um campo firmado de inclusão profissional do(a) psicólogo(a) e da prática intersetorial. Com base nisto, busca-se investigar como os profissionais podem atuar da intervenção à pesquisa nas políticas públicas e, sob os efeitos da intersetorialidade no campo subjetivo (ou existencial).

O presente estudo tem como objetivo verificar o que a literatura científica apresenta sobre o tema: Atuação Intersetorial do Psicólogo nas políticas públicas, através da busca de periódicos científicos em um período específico que fora de 2015-2019, em que o mesmo foi desenvolvido através de uma revisão sistemática. Ainda tem poucas pesquisas disponíveis sobre a temática, baseando-se em periódicos científicos nacionais e internacionais. Mostrou, também, a necessidade de discutir os princípios das políticas públicas, com foco em todos os setores desde a educação, saúde e assistência social.

Tendo como panorama nacional e internacional, a relação sistemática entre os artigos que compõe esta pesquisa obteve uma visão ampliada sobre a intersetorialidade na atuação profissional dos(as) psicólogos(as) nas políticas públicas de assistência social, educação e saúde. O estudo também oferece informações sobre o que a intersetorialidade nas políticas públicas tem arrecadado em termos de saberes, práticas e disposição para nela atuar, assim como, realça as dificuldades enfrentadas nos espaços cercados pelo microfascismo atual.

A definição de intersetorialidade ainda se encontra em construção, por isso, não há uma unanimidade teórica estabelecida e sim pré-estabelecida (BELLINI; FALER; SCHERER; et al., 2014). Esta investigação preza a busca pelo saber a respeito dos desafios, das fronteiras e virtudes da intersetorialidade relacionada com as políticas públicas, a sociedade e a saúde, visando mudanças em vários sentidos na qualidade de vida do sujeito, da família e comunidades, sem custo financeiro em prol dos recursos.

As pesquisas atuais revelam que praticar a intersetorialidade ajuda positivamente no desempenho de alguns serviços públicos e na articulação dos mesmos como, por exemplo, permite refletir sobre a importância da comunicação não violenta para corrigir contradições

assim como organizar e desobscurecer entendimentos. O desempenho intersetorial traz consigo uma associação dos conhecimentos singulares de políticas diversas com objetivo de ajudar nas dificuldades vivenciadas pela população, ou, grupo (CARMO; GUIZARDI, 2017).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 - CONCEPÇÃO DE INTERSETORIALIDADE

Este tópico aborda a concepção de intersetorialidade, o que é intersetorialidade, como acontece, quais os setores envolvidos, a importância da intersetorialidade para as políticas públicas e alguns exemplos práticos de como a mesma é trabalhada nas políticas públicas. Uma das possibilidades de compreensão da intersetorialidade é enquanto ferramenta de gestão e articulação em vários setores presentes nas políticas públicas (como na assistência social, na saúde, na educação, dentre outros envolvendo planejamento, efetivação e avaliações acerca de ações realizadas em conjunto), com objetivos da mesma finalidade e uma visão ao atendimento incondicional às necessidades sociais da população em geral, buscando cada vez mais ampliar os direitos sociais (LIRA; MEDEIROS, 2017).

Baseando-se novamente nos conceitos que Carmo e Guizardi (2017) abordam, é importante aprofundar que a intersetorialidade age como fundamento administrativo que atravessa variados horizontes das políticas sociais, com objetivo de criar uma relação entre as singularidades políticas. Ela associa experiências e conhecimentos ao gerenciamento dos poderes públicos, para valorizar os interesses do ser como cidadão e desabrochar enrijecimentos das políticas sociais, desta forma, ocasionando mudanças de conceitos, de atos e, também, diferentes maneiras de pensar sobre a prestação de serviços sociais em ligação com o cidadão e o Estado.

O Estado, segundo a Constituição Federal de 1988, encontrou na figura do SUS, Sistema Único de Saúde, e do SUAS, Sistema Único de Assistência Social, um caminho para o desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares no setor da saúde formando equipes compostas por diversas categorias de profissionais. A interdisciplinaridade neste caso não é uma mera junção de setores distintos, mas uma dinâmica para o organismo de saúde estatal fundamentado nas necessidades das populações no local onde habitam. Conhecendo as questões particulares da população que devem atender, as equipes ajudam na criação de uma

política pública mais ampla, orientada para a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida (VERIDIANO; ANDRADE; GOMES, 2017).

Para Castell-Frorit (2010) a intersetorialidade é marcada dentro dos princípios básicos conceituais de uma tecnologia apropriada, porque forma parte de políticas e estratégias para o desenvolvimento da sociedade em nível nacional e até mesmo internacionalmente. Também oferece possibilidades para a formação de recursos humanos e valores éticos, além do compromisso como uma prática profissional e científica em funcionamento da saúde e bem-estar da sociedade, influenciando na disposição e utilização diante as demandas situacionais da saúde e bem-estar em seu contexto sociocultural.

A intersetorialidade proporciona influência no desenvolvimento e na ação integral do ser humano, além disso, influencia bastante no processo sócio econômico e cultural, na estrutura social, no ambiente social, na organização e funções que cada governo e cada setor possuem (ROJAS, 2010). Diante disto afirma Cavalcanti, Batista e Silva (2013) que a intersetorialidade é:

a articulação entre políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social, inclusão e enfrentamento das expressões da questão social. Supõe a implementação de ações integradas que visam à superação da fragmentação da atenção às necessidades sociais da população. Para tanto, envolve a articulação de diferentes setores sociais e torno de objetivos comuns, e deve ser o princípio norteador da construção das redes municipais. (CAVALCANTI; BATISTA; SILVA, 2013, p. 1-2).

No campo da educação, entende-se que a intersetorialidade deverá manifestar-se nas políticas pedagógicas adotadas pelas escolas ao considerar os educandos como sujeitos integrais, valorizando espaços de acolhimento, aconselhamento e vínculos em detrimento de punições como suspensão e expulsão. Sendo as crianças o objeto maior da intervenção, elas devem ser protegidas e não punidas. Desse modo, é válido que os adultos e os profissionais que trabalhem nas escolas como mediadores de tal proteção, e não como agentes punitivos como acontece com frequência (PERES; GRIGOLO, 2017).

Por fim, vale ressaltar que atualmente a intersetorialidade tem sido recorrente ao eixo central das políticas públicas, a ponto de aparecer como nova promessa em termos de gestão para realizar os objetivos de transformação social, um dos é suprir as necessidades humanas

trazendo como resultante o bem-estar para toda a sociedade em comum. Outro aspecto refere-se nas especialidades de conhecimento que se expressam no aparato governamental através da organização funcional dos setores, como saúde, assistência social, educação etc. A intersectorialidade, nesse caso, refere-se, em primeira instância, à relação entre diferentes setores governamentais.

2.2 - ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia, a atuação dos profissionais de psicologia, por consequência, pauta-se pela reflexão crítica das potencialidades e funções. No caso das políticas públicas, o mesmo Conselho reconhece que o papel dos profissionais que nelas atuam é de pensar o sujeito atendido como alguém que “têm sentimentos, ideologias, valores e modos próprios de interagir com o mundo” (CFP/ CREPOP, 2007, p. 18). Partindo deste ponto de vista, poderão contribuir para o estabelecimento de lugares próprios para a reflexão e prática que levem à transformação social e construção de subjetividade.

O maior obstáculo na atuação dos profissionais psicólogos ao seu público alvo está na forma pela qual os problemas são abordados, comumente de forma fragmentada por meio de uma prestação de serviço que não se relaciona com o meio ambiente nem com o espaço territorial. Não sendo a atenção prestada articulada, a mesma não pode ser considerada nem democrática nem inovadora, contrariando os preceitos da intersectorialidade. A presença da psicologia na intersectorialidade visa, acima de tudo, cuidar de forma urgente a pessoa que sofre e que busca ajuda dos profissionais da psicologia nos espaços das políticas públicas (VERIDIANO; ANDRADE; GOMES, 2017).

Sendo assim, a intersectorialidade no campo da psicologia não pode aceitar conceitos industriais tayloristas que estabelecem a sua área de atuação, função e tarefa descoladas do universo relacional da pessoa atendida. O psicólogo não pode preocupar-se apenas com a parte psicológica da saúde de seu paciente, porque alma e corpo, conceitos antigos ainda presentes na sociedade, não funcionam de forma alheia. Se o profissional da psicologia optar por manter-se preso à essa percepção industrial, assim como qualquer outro profissional ligado à área da saúde, correrão o risco de perder o lugar social ocupado pelo seu paciente e as implicações de outros saberes daí decorrentes (BOARINI, 2018).

A Psicologia Política direcionada aos estudos das Políticas Públicas tem-se um arcabouço teórico referente a estes estudos, que coopera no processo de reflexão e interpretação dos achados de literatura pertinente à temática, trazendo consigo um posicionamento de atuação no espaço analítico, de intervenção e na afirmação ou até mesmo na negação das Políticas Públicas (SILVA, 2018, p. 99).

Mas no que se refere à área de atuação do profissional de psicologia na saúde, é provável ainda apresentar que os problemas encontrados pelos psicólogos na prática da Psicologia nas Unidades de Saúde da Família no país advém de algumas discrepâncias da sua finalidade, instrução teórica e técnica na área de trabalho, como do seu sistema insuficiente dentro o exercício profissional em meios como da resistência em corresponder às intervenções e disposições de caráter profissional preciso através do SUS - Sistema Único de Saúde (DIMENSTEIN, 1998).

A atuação do psicólogo na Assistência Social se pactua como um dos atores principais nesta política pública em conjunto com o assistente social, nas alterações e no tipo de vida dos que precisam da Assistência Social, o profissional de psicologia tem a obrigação de se pautar pelos princípios éticos e políticos no sentido de fazer qualquer exercício em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, esta, traz a operacionalização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, tem como um dos seus desígnios, efetivar a Assistência Social no sentido do direito, feita de forma agregada e estruturada de acordo com as outras áreas da proteção social (MARQUES; FARIAS; BARROS, 2014).

Pode-se dizer quanto a Psicologia Escolar, que analisa e apresenta como as manifestações escolares não são só compostas de princípios específicos e particulares, mas que existem ainda sujeitos a toda rede de convivência da qual as ações específicas dirigem-se sobre processo ao movimento de conceitos e consciência. A fim de interferir no complexo sistema intersubjetivo, no sentido organizacional, o trabalhar psicológico deve fazer ancorado sobre uma compreensão de que ser humano e comunidade se compõe dialeticamente sobre seus vínculos históricos e coletivos (GALVÃO; MARINHO-ARAÚJO, 2017).

Os desafios da articulação intersetorial entre as políticas públicas de assistência social, saúde e educação, ainda são marcados por muitas fragilidades sendo algumas delas a falta de comunicação, falta de aplicação de investimentos, comprometimentos e o precário

envolvimento dos profissionais nas relações intersetoriais entre as políticas, uma vez que, essas fragilidades e desafios aparecem em um conjunto de artigos, como nas primeiras instâncias.

3. MÉTODO

Tipo de estudo

A pesquisa baseia-se no estudo bibliográfico, tendo como objetivo arrecadar conteúdos que delineiam uma revisão sistemática utilizando o método qualitativo e quantitativo para garantir expressão linguística ou de conteúdo sobre o tema proposto. Este tipo de revisão sistemática da literatura é um conjunto de informações encontradas durante a busca de dados, acerca do tema específico, sem deixar de realçar a objetividade e clareza do método científico.

Base de dados

Para este estudo, utilizamos pesquisas científicas em língua portuguesa, espanhola e francesa, tendo como periodicidade 2015 - 2019. As bases de dados utilizadas foram: Open Journal Systems; SciELO; Revistas científicas Complutenses: Universidade de Madrid; Periódicos PUC Minas; PePSIC e, HAL - archive ouverte pluridisciplinaire.fr.

Os subsequentes descritores foram utilizados durante a investigação: políticas públicas; psicologia política; inclusão social; intersetorialidade.

Critério de inclusão e exclusão

Para seleção das pesquisas e resultados foram efetuadas quatro etapas como critério de inclusão e exclusão:

Procedimentos

1ª etapa: Ocorreu uma seleção de artigos que estivessem dentro dos critérios de inclusão que a referida revisão sistemática possui, sendo eles: possuir temas compatíveis com

políticas públicas, psicologia política, inclusão social e intersectorialidade, além disso, serem escritos em língua portuguesa, espanhola e francesa. Primeiramente e quantitativamente, foram achados 36 conteúdos entre livros, monografias, teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos científicos de revistas.

2ª etapa: Houve uma análise de título nos trabalhos encontrados. Utilizou-se, como critério, não só a exclusão de conteúdos com títulos que se distanciam do tema proposto, mas também daqueles que não possuem cunho científico. Diante do que foi supracitado e excluído, apenas 19 dentre as 36 pesquisas foram selecionadas para esta fase de triagem.

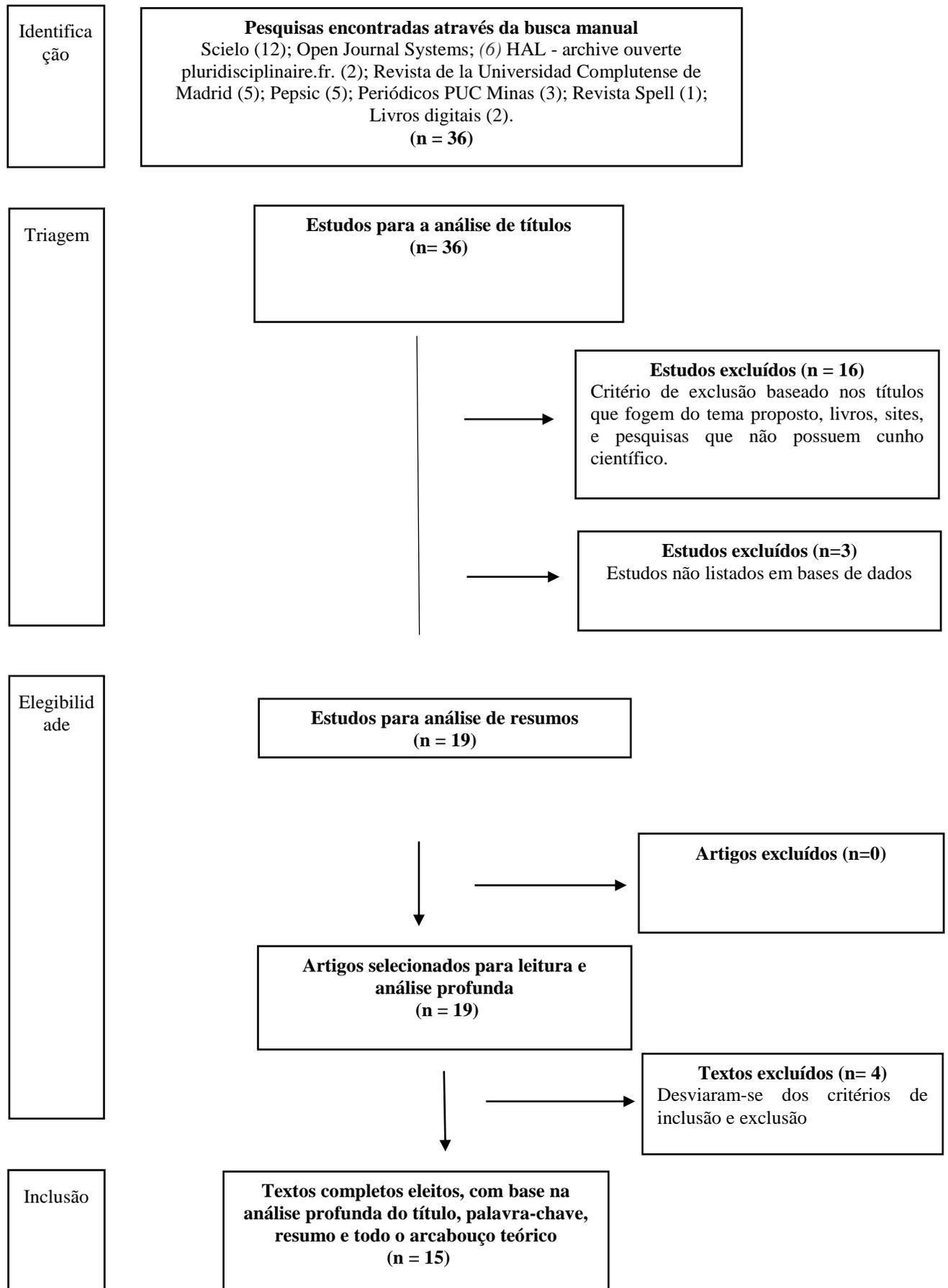
3ª etapa: Teve como objetivo avaliar se os 19 artigos tinham como ênfase a problemática da pesquisa e compreensão do resumo. Como todos tinham sido encaixados na temática e nestes critérios, não houve exclusão e, sendo assim, seguiram para o estágio final.

4ª etapa: Após análise do título, palavras-chaves e resumos, foi realizada uma leitura ampliada e qualitativa das pesquisas recentemente selecionadas para, deste modo, ser garantida a possibilidade de adentramento profundo no conteúdo e uma análise criteriosa / decisiva daquelas que farão parte da revisão sistemática. Sendo assim, houve exclusão de 4 pesquisas e a inclusão decisiva de 15.

Pode-se visualizar todas as etapas da dinâmica de inclusão e exclusão dos artigos pesquisados, no fluxograma a seguir:

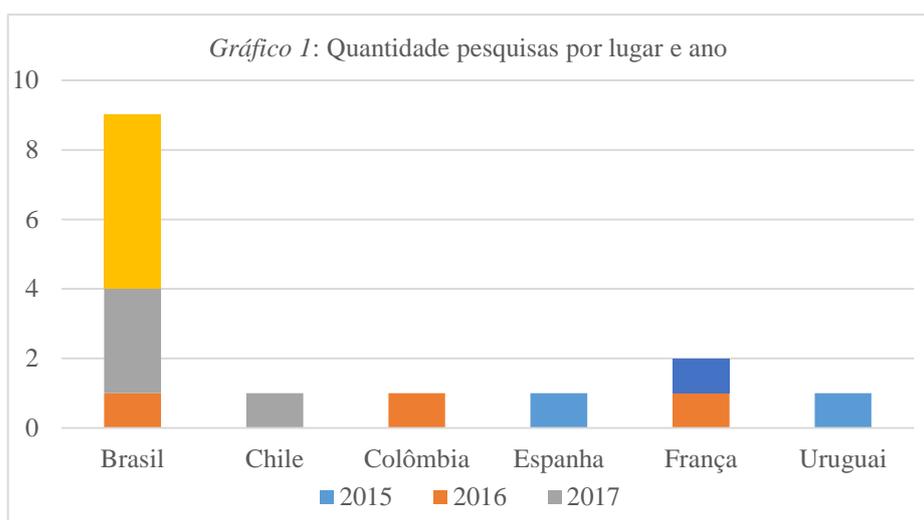
Figura 1

Fluxograma do processo de seleção de estudo:



4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a leitura, as publicações escolhidas foram submetidas à análise bibliométrica e de conteúdo. Com a análise bibliométrica, foi identificada e selecionada 15 pesquisas, 6 são empíricas e 9 teóricas. O ano de 2018 aparece com o maior número de publicações (cinco), sendo os demais estudos publicados nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2019. Os lugares onde os estudos foram realizados referem-se aos estados do Mato Grosso do Sul (BRA), Fortaleza (BRA), Santa Catarina (BRA), Paraná (BRA), São Paulo (BRA), Distrito Federal (BRA), Minas Gerais (BRA), Lota (CHILE), Antioquia (COLÔMBIA), Coruña (ESPANHA), Montevideu (URUGUAI), Paris (FRANÇA), Nancy (FRANÇA), dando destaque aos estados Brasileiros. Abaixo segue o *gráfico 1* relacionando estes dados:



As pesquisas pertencem às áreas de Psicologia (Psicoperspectivas – individuo y sociedade; Psicologia Política; Estudios e investigación em psicologia y educación; Polis e Psique; Psicologia e Sociedade; Psicologia em estudo; psicologia, conocimiento y sociedade; psicologia, ciência e profissão; Centre de Recherche sur le Travail et le Développement), Saúde Coletiva (Revista de Saúde Coletiva; Facultad Nacional de Salud Pública), Geografia (Geofronter), Ciências Sociais aplicadas (Revista administração pública e gestão social; Laboratoire Lorrain de Sciences Sociales EA) e, ecologia e biodiversidade (Revista Brasileira

de Desenvolvimento Sustentável), tendo a área de psicologia o maior número de publicações (nove), seguida das áreas de saúde coletiva (três) e ciências sociais aplicadas (três).

Com relação à população investigada, foram incluídos nos estudos empíricos: Agentes comunitários de saúde (Batista, 2015); residentes do centro de recuperação (BLANCO, 2015); profissionais e gestores da saúde e educação (MANGIN, 2019; PERES; GRIGOLO; SCHNEIDE, 2017; BALDO; LUCKMANN, 2015) e, líderes de bairros municipais (CERECEDA; JIMÉNEZ, 2017). Abaixo segue o *quadro 1*, onde é possível visualizar alguns dados dos artigos encontrados:

Quadro 1

TÍTULOS	AUTORES	ANO	PERIÓDICO	TIPO DE ESTUDO
A INTERSETORIALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Baldo, Luckmann	2015	Revista de Estudios e investigación em psicologia y educación, vol. Extr, n. 5	Empírico
DÉVELOPPEMENT DU POUVOIR D'AGIR ET GENRE PROFESSIONNEL: LE MÉTIER D'AGENTS COMMUNAUTAIRES DE SANTÉ AU BRÉSIL	Batista	2016	HAL - Centre de Recherche sur le Travail et le Développement	Empírico
HABITAR LO COMUNITARIO: VIVENCIAS DESDE UNA POLÍTICA PÚBLICA DE CUIDADOS	Blanco	2016	Revista psicologia, conocimiento y sociedad, n.5, v.2	Empírico
POLÍTICAS PÚBLICAS VIGENTES DE SALUD MENTAL EN SURAMÉRICA: UN ESTADO DEL ARTE	Henao, Quintero, Echeverri, Hernández, Rivera, López	2016	Revista Facultad Nacional de Salud Pública	Teórico
PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPASSES E REINVENÇÕES	Silva, Carvalhaes	2016	Revista Psicologia e Sociedade, v.28, n.2	Teórico
POLÍTICAS PÚBLICAS Y SUBJETIVIDADES: LÓGICAS EN DISPUTA EN LA IMPLEMENTACIÓN DE PROGRAMAS SOCIALES EN LA COMUNA DE LOTA, CHILE	Cereceda, Jiménez	2017	Revista Psicoperspectivas – individuo y sociedad, v. 17, n.1	Empírico
TRANSVERSALIZANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUANDO A INTERSETORIALIDADE SE TORNA RIZOMÁTICA	Romagnoli	2017	Revista Psicologia em estudo, v.22, n.3	Teórico

DESAFIOS DA INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA REVISÃO DO ESTADO DA ARTE	Carmo, Guizardi -	2017	Revista de Saúde Coletiva	Teórico
DESAFIOS DA INTERSETORIALIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO AO USO ABUSIVO DE DROGAS	Peres, Grigolo, Schneider	2017	Revista psicologia, ciência e profissão, v. 37, n. 4	Empírico
EDUCAÇÃO INTEGRAL, GESTÃO INTERSETORIAL E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: REFLEXÕES A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL	Braga, Pereira, Vital	2018	Geofronter – periódico Online, n.4, v.3	Teórico
TRANSVERSALIDADE E INTERSETORIALIDADE: MAPEAMENTO DO DEBATE CONCEITUAL NO CENÁRIO BRASILEIRO	Marcondes, Sandim, Diniz	2018	Revista administração pública e gestão social, v.10, n.	Teórico
O DISPOSITIVO DAS DROGAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	Montenegro	2018	Revista Polis e Psique, v.8, n.2	Teórico
A DIMENSÃO INTERSETORIAL DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COM A ESCOLARIZAÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA À LUZ DA PSICOLOGIA POLÍTICA	Silva	2018	Revista Psicologia Política, v.18, n. 41	Teórico
INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	Tumelero	2018	Revista psicologia, ciência e profissão, v. Revista Brasileira de Desenvolvimento Sustentável	Teórico
LA CONSTRUCTION DU SENS DU DÉVELOPPEMENT DES COMPÉTENCES PSYCHOSOCIALES	Mangin	2019	HAL - Laboratoire Lorrain de Sciences Sociales EA Desenvolvimento Sustentável	Empírico

Objetivos dos estudos

No que se refere aos objetivos das pesquisas, é válido ressaltar a existência de um pensamento amplo que compreende o desdobramento da intersectorialidade nas políticas públicas e, como os profissionais (com destaque aos psicólogos) podem atuar da intervenção à pesquisa na promoção de saúde. Batista (2015), Baldo e Luckmann (2015), Henao, Quintero, Hernández et al. (2016), Cereceda e Jiménez (2017), Romagnoli (2017), Marcondes e Sandim (2018), Montenegro (2018) e Braga, Pereira e Vital (2018), possuem, como objetivo em comum apresentar estudos preliminares a respeito de políticas educacionais/sociais relacionadas à intersectorialidade e à transversalidade, influenciadas pela macropolítica, micropolítica e pelo microfascismo, sob uma racionalidade governamental neoliberal que opera em uma lógica concorrencial enquanto ignora a subjetividade humana.

Já Carmo e Guizardi (2017), Sílvia e Carvalhaes (2016) e Almendra (2017) visam analisar o papel que a Psicologia exerce perante as políticas públicas no contemporâneo cenário, através da inserção do psicólogo com a prática da intersectorialidade. Mangin (2019), Tumelero (2018), Peres, Grigoles e Scheneider (2017) e Blanco (2016) complementam as pesquisas dos autores referidos anteriormente a partir dos objetivos em comum, pois abordam que a inserção psicossocial- intersectorial nas políticas públicas promove desestabilização das nossas “certezas”, sendo assim, promove diversidade, cidadania e união. Conexões entre psicologia e políticas públicas são potenciais na formulação de modos criativos de atuação, enquanto se distinguem das posições universais e elitizadas somando-se a movimentos que, de modo crítico, resistem aos padrões e incentivam diferentes possibilidades de existência.

Percurso metodológico

Chizzotti (2018) aborda que, para efetuar um trabalho de pesquisa, o cumprimento e o planejamento precisam guiar-se através das normas promovidas por cada método de investigação. O método quantitativo representa o ofício de quantificação, seja pelo método da coleta de informações, seja por meio do aprofundamento dessas informações, ou, através de técnicas que envolvem estatísticas de variadas modalidades. Já o método qualitativo, não preza pelo emprego de um elemento estatístico para agregar no processo de análise do que estiver sendo trabalhado, assim como, não tem como propósito numerar categorias de um determinado tema.

A pesquisa qualitativa, em especial nas áreas das ciências humanas e de saúde, tem como objetivo fazer o pesquisador buscar significado dos elementos (ocorrências, idéias, emoções, fatos, assuntos etc.) que vão sendo encontrados durante as pesquisas, tendo como base a influência dos mesmos na vida do ser. Em relação ao método supracitado, foi utilizado em 9 das 15 pesquisas selecionadas: na de Cereceda e Jiménez (2017), Baldo e Luckmann (2015), Braga, Pereira e Vital (2018), Carmo e Guizardi (2017), Tumelero (2018), Silva e Carvalhaes (2016), Romagnoli (2017), Blanco (2016) e, Peres, Grigolo e Schneider (2017). O conteúdo é marcado pela utilização do método qualitativo a partir de uma visão dialógica, metodológica e para análise dos resultados obtidos.

Enquanto isso, a abordagem qualiquantitativa com caráter descritivo foi utilizada em 6 dos 15 estudos, partindo de Marcondes, Sandim e Diniz (2018), Henao, Quintero, Echeverri, et al. (2016), Mangin (2019), Batista (2016), Montenegro (2018) e, Silva (2018). Todos os autores, exceto Mangin (2019) e Batista (2016), não descrevem de maneira clara qual método foi utilizado no artigo, porém, na construção textual é perceptível a utilização de métodos descritivos e de amostragens para determinados fins. No que se refere a coleta de dados, as entrevistas foram os principais instrumentos utilizados nas pesquisas empíricas deste trabalho, apresentando entre elas apenas diferenças de denominação.

Guerriero e Bosi (2015) aborda que o entrevistador pode ajudar o entrevistado no decorrer e, ficar atento a outros sinais que são apresentados pela linguagem não verbal. Já Chizzotti (2018) explica o instrumento de entrevista como uma importante técnica para uma relação mais direta e prática entre as pessoas. Partindo destas idéias, as pesquisas utilizadas para construir a revisão sistemática utilizaram a entrevista como instrumentos dos estudos empíricos, já que subjetividade, relações, cultura e políticas públicas possuem conteúdos difíceis de serem expressos. Sobre o andamento da coleta de dados, é perceptível que as 6 pesquisas de abordagem qualiquantitativa descrevem os procedimentos de forma detalhada, garantindo fidedignidade do estudo e possibilidade de unir ideias para serem reaplicadas e analisadas.

Corpus dos trabalhos

A análise do conteúdo dos trabalhos selecionados foi efetuada a partir de uma leitura assertiva, seguida de uma repartição em categorias de análise e discussão. Três categorias foram criadas a partir dos estudos, denominadas de: A Intersetorialidade nas políticas públicas; o poder de ação da intersectorialidade na promoção de saúde (da pesquisa à prática); e, os desafios da prática Intersetorial na área de psicologia. As citações utilizadas nestas categorias fazem parte das 15 pesquisas selecionadas para construir a revisão sistemática, sendo válido ressaltar que estão distribuídas em toda construção do trabalho.

Categoria 1 - A Intersetorialidade nas políticas públicas.

Segundo Tumelero (2018) nas políticas públicas podemos vislumbrar três características centrais: a multidisciplinar, intervencionista e a normativa. No que diz respeito à multidisciplinaridade se mostra de forma ampla na abordagem de diversas questões e temas, por variadas disciplinas científicas. Já na característica intervencionista as políticas públicas não se buscam apenas conhecer o objeto de estudo, mas procura envolver-se nele e modificá-lo. Por fim, no caráter normativo ocorre a realização, quando se depara com a incapacidade de desprender meios e fins bem como princípios técnicos no aprendizado das intervenções (LASSWELL, apud TUMELERO, 2018).

A intersectorialidade, no âmbito das políticas públicas, deve ser compreendida como um tipo de estratégia direcionada às intervenções em fenômenos complexos, como aqueles que abrangem o setor da saúde costumam ser. Os determinantes sociais passaram a ser igualmente importantes, porque a intersectorialidade parte de uma hipótese de que todas as partes envolvidas realizam ações particulares visando a obtenção de um objetivo comum, mas que na forma de agir, tomam o cuidado de atuar de forma solidária, sem intervir no campo de atuação dos outros grupos profissionais com quem trabalham conjuntamente. A prática da intersectorialidade é capaz de reunir diferentes conhecimentos e reestruturá-los de acordo com as necessidades do grupo a atender, aumentando as chances de melhores resultados nas intervenções (PERES; GRIGOLO, 2017).

Ainda no que diz respeito à intersectorialidade no âmbito das políticas públicas, muitos entraves ainda estão sendo descobertos (BLANCO, 2016). Vários setores das políticas públicas compreendem-se nas distinções e abordam a variedade de causas que estão por trás dos complexos sociais atuais (SILVA, 2018). As redes sociais depositam na intersectorialidade

a realização da promessa da integralidade, no entanto, a pressuposição dominante é a de que existe uma conexão mecânica entre a intersectorialidade e a abordagem da integralidade, assumindo que a intersectorialidade é, em si mesma, um modelo de gestão (ROMAGNOLI, 2017).

No Brasil, a ação intersectorial está associada a uma clara tendência a reconceituar as questões sociais, que na abordagem deve ser multidimensional e com foco em direitos. Assim, a perspectiva da integralidade constitui a base da intersectorialidade, assumindo que uma compreensão ampliada do fenômeno da pobreza e vulnerabilidade social exige mais do que uma simples conexão ou agregação de setores governamentais entre si (MARCONDES; SANDIM; DINIZ, 2018). A intersectorialidade nas políticas públicas se reflete na vertente fornecida pelas políticas públicas e envolve o planejamento, efetivação, monitoramento e avaliações acerca de ações realizadas em conjunto, com objetivos de mesma finalidade.

Categoria 2 - O poder de ação da intersectorialidade na promoção de saúde (da pesquisa à prática)

Marcondes e Sandim (2018) traz para relacionar o poder de ação da intersectorialidade, o conceito de transversalidade. Ele aborda que este termo é recorrentemente associado a políticas que priorizam uma atenção a determinados grupos, especialmente, quando se trata de coordenar determinada criação de órgãos. É o caso da política para as mulheres e para igualdade racial. A intersectorialidade de acordo com Baldo e Luckmann (2015), outrora, está associada à integração de ações, em vista, que já havia órgãos responsáveis pelo todo ou parte da política, porém para as quais o agir conjunto, dos grupos, é necessário.

Para implementar os conceitos de Marcondes e Sandim (2018), Romagnoli (2017) expõe ideias sobre o que significa/representa a macropolítica, a micropolítica e o microfascismo. Ela relata que a macropolítica é um termo utilizado para representar o método de classificação e exclusão da sociedade, que segmenta o movimento da vida, como acontecia séculos atrás. Já a micropolítica, ao contrário da anterior, representa a diversidade e inclusão, a democracia, o melhor meio para a formação de um conjunto de multiplicidades singulares. E, entre esses dois termos supracitados, ela também conceitua o microfascismo, que é a instauração da negação em relação à diferença e aos direitos; a utilização do discurso e prática da negação do outro para obter uma autoafirmação; a individualidade.

Montenegro (2018), Romagnoli (2017) e Batista (2015), complementam que para promover ações intersetoriais e de saúde, o ambiente social precisa lidar de forma saudável com as relações e outras estruturas dialógicas precisam ser implementadas, a micropolítica precisa ser valorizada ao invés do microfascismo. Ou seja, baseando-se nesses três autores, , deve-se ficar atento aos momentos de decisões coletivas e democráticas, estar contra o corporativismo profissional e a favor da intersetorialidade para a promoção de saúde. É válido ressaltar que o desenvolvimento do poder de agir não é homogêneo. O indivíduo utiliza a experiência vivida ou a dos outros para criar um modo único de agir ou ser.

Categoria 3 - Os desafios da prática Intersectorial na área de psicologia

Marcondes e Sandim (2018) aborda que, o novo olhar acerca dos problemas sociais tem ocasionado diferentes condutas de gestão/relação que visam integrar-se às políticas públicas, tendo como base estratégias para a promoção de soluções integrais, entre as quais se destacam a intersetorialidade e a transversalidade. De acordo com Romagnoli (2017), Cereceda e Jiménez (2017), as equipes que escolhem o enfrentamento intersectorial precisam discorrer na diferença, ter atos adjacentes, procurar saídas coletivas.

Para Mangin (2019), o motivo é que a intersectorialidade pode ser um meio de conexão que age para dominar, sobrecarregar, mas também trazer consigo a probabilidade de revolucionar, de unir as relações e acontecimentos entre setores, profissionais, amigos, famílias e territórios, em seus aspectos macropolíticos e micropolíticos. Trazendo conceitos de Almendra (2017), pode servir também para se desarticular de uma estimativa de inclusão social fundamentada em um ideal normativo de assimilação, contrapondo a outro amparado em um ideal normativo pluralista, que aprecia positivamente uma autenticidade e um público heterogêneo apesar de estar inserido em uma sociedade que o sistema categoriza, de forma dicotômica, relações sociais baseando-se em hierarquias ou tradicionalismos.

É partindo deste princípio que Silva e Carvalhaes (2016) analisa a posição da Psicologia e a necessidade de preparo dos (as) psicólogos (as) frente a essa demanda contemporânea. As conexões entre psicologia – psicólogo- políticas públicas são potencializadoras na formulação de atitudes criativas de performance, que fogem temporariamente de atitudes assépticas, impessoais, universais e elitizadas, incitando a

produção (e legitimidade) de diferentes probabilidades de existência na sociedade com um público diversificado (BATISTA, 2016).

Braga, Pereira e Vital (2018) relatam que a intervenção intersetorial, partindo de aprendizados, subjetividades, coletividade, aspectos micropolíticos e do diálogo, alude uma espécie de descentralização do saber na psicologia e proporciona abertura a novas formas de práticas e teorias, efetuadas através das interlocuções interdisciplinares e comunitárias, que potencializam diferentes e múltiplas maneiras de entendimento e intervenção.

É válido ressaltar que Henao, Quintero, Echeverri, et al. (2016) no decorrer das pesquisas abrangem que tal relação psicologia – psicólogo- políticas públicas, motiva os profissionais ou psicólogas (os) à flexibilidade e desenvolve habilidades e diferentes formas de pensar que, na maioria das vezes, não foram elaboradas na formação inicial e sim, atravessadas pela ideologia influente e conservadora das relações sociais. Ou seja, instiga a categoria profissional e acadêmica a ter que repensar, também, nos processos formativos, além disso, valoriza a importância da intervenção intersetorial como instrumento de atuação dos psicólogos nas políticas públicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo almejou obter uma revisão sistemática da literatura acerca da temática Atuação intersetorial dos psicólogos nas políticas públicas, na base de dados Open Journal Systems; SciELO; Revistas científicas Complutenses: Universidade de Madrid; Periódicos PUC Minas; PePSIC e, HAL - archive ouverte pluridisciplinaire.fr, durante o período de 2015 a 2019 pelos artigos nacionais e internacionais. A partir da análise dos artigos, foram identificados três eixos temáticos, sendo: A Intersetorialidade nas políticas públicas; o poder de ação da intersetorialidade na promoção de saúde (da pesquisa à prática); e, os desafios da prática Intersetorial na área de psicologia.

Acredita-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado, por conseguir através da análise dos estudos compreender e relacionar as publicações em meio aos diferentes períodos, localidades e situações que possuem, obtendo deste modo uma visão ampliada do que foi discutido e, a nível não só nacional, mas, também, internacional, para debater sobre a permeabilidade das políticas públicas relacionadas à intersetorialidade e a transversalidade na

promoção de saúde e, em especial, na educação e na sociedade, que passam a ser recorrentemente citadas nas pesquisas dos autores supracitados.

Foi possível perceber que os artigos analisados trouxeram a intersectorialidade nos diferentes locais dos quais as pesquisas foram desenvolvidas, em sua maioria de forma teórica, como tipo de estratégia direcionada às intervenções em fenômenos complexos e que não são determinadas apenas pela integralidade, planejamento, monitoramento, efetivação e avaliações, mas, pela transversalidade e por órgãos responsáveis pela política social, educacional e de saúde, tendo em vista determinantes sociais e objetivos de mesma finalidade.

As políticas sociais, de educação e de saúde atreladas à intersectorialidade estão direcionadas à micropolítica e proporcionam ganhos significativos aos indivíduos, visando os aspectos culturais, a cidadania, a liberdade e habilidades que, outrora, ainda encontram-se parcialmente invisíveis por conta da construção de muros que silenciam e invisibilizam a diversidade e a liberdade de ser, muros estes que representam principalmente o avanço neoliberal e o impedimento da formulação/acrescentamento da ciência.

A posição da Psicologia está na necessidade de preparo dos (as) psicólogos (as) frente a essa demanda contemporânea, que alude uma espécie de descentralização do saber na psicologia e proporcione abertura a novas formas de práticas e teorias, efetuadas através das interlocuções interdisciplinares e comunitárias, que potencializam diferentes e múltiplas maneiras de entendimento e intervenção, fundamentadas na igualdade de direitos e na coletividade.

A temática em debate neste estudo apresenta-se ainda com escassas pesquisas disponíveis, ou seja, percebe-se a necessidade de maior produção literária sobre o assunto necessitando de pesquisas principalmente na região norte do Brasil e nos territórios franceses, onde foram encontrados poucos estudos. Assim, surge a precisão em discutir os preceitos das políticas públicas em curso, sobretudo na questão social, educacional e da saúde, sob a infortuna possibilidade de haver retrocesso das aquisições sociais e políticas outrora galgadas. Recomenda-se trabalhos atuais que visem abordar o tema desta pesquisa.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BALDO, Luana Cristina; LÜCKMANN, Luiz Carlos. A intersectorialidade como estratégia de implementação de políticas públicas. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, p. 088-092, 2015.

BATISTA, Matilde Agero. **Développement du pouvoir d'agir et genre professionnel: le métier d'agents communautaires de santé au Brésil**. 2015. Tese de Doutorado. Conservatoire national des arts et metiers-CNAM.

BELLINI, M. I. B. ; FALER, C. S. ; SCHERER, P. T. ; JESUS, T.B. ; ARSEGO, L. R. . **Políticas públicas e intersectorialidade em debate**. In: I SIPINF - Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Intersectorialidade e Família: desafios éticos no ensino, na pesquisa e na formação profissional, 2014, Porto Alegre - RS. Anais.... Porto Alegre - RS: Edipucrs, 2014. v. 01. p. 01-10.

BLANCO, María Verónica. Habitar lo comunitario: vivencias desde de una política pública de cuidados. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 5, n. 2, p. 3-3, 2015.

BOARINI, M.L. O lugar da psicologia na prática intersectorial. In: JACÓ-VILELA, A.M.; OLIVEIRA, D.M., orgs. **Clio-Psyché: discursos e práticas na história da psicologia** (online). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 187-193. ISBN 978-85-7511-498-8. Available from: doi: 10.7476/9788575114988.0017.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. Desafios da intersectorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. **Physis**, Dez 2017, vol.27, no.4, p.1265-1286. ISSN 0103-7331

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. Desafios da intersectorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, p. 1265-1286, 2017.

CAVALCANTI, Patrícia Barreto; BATISTA, Kátia Gerlândia Soares; SILVA, Leandro Roque. **A estratégia da intersectorialidade como mecanismo de articulação nas ações de saúde e assistência social no município de Cajazeiras-PB**. Porto Alegre, PUC/RS, v. 1, 2013.

CERECEDA, Marco Astete; JIMÉNEZ, Pamela Vaccari. Políticas públicas y subjetividades: lógicas en disputa en la implementación de programas sociales en la comuna de Lota, Chile. **Psicoperspectivas**, v. 16, n. 1, p. 31-41, 2017.

CFP/CREPOP. **Referências técnicas para atuação do/a Psicólogo/a no CRAS/SUAS**. Brasília: CFP, 2007.

DA SILVA BRAGA, Evelyn Fernanda; PEREIRA, Lucilene Damacena; VITAL, Soraya Cunha Couto. EDUCAÇÃO INTEGRAL, GESTÃO INTERSETORIAL E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: REFLEXÕES A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL. **GEOFRONTER**, v. 3, n. 4, 2018.

DE GUARESCHI, Neuza Maria; DA CRUZ, Lílian Rodrigues; BATTISTELLI, Bruna Moraes. As Políticas Públicas no Brasil atual: diálogos intersetoriais e seus desafios. **Revista Polis e Psique**, v. 8, n. 3, p. 1-6.

DIMENSTEIN, Magda Diniz Bezerra. O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. **Estudos de psicologia**, v. 3, n. 1, p. 53-81, 1998.

FEITOSA, Maria Soares *et al.* **O que é pesquisa bibliográfica**. São Paulo: Ática, 2002.

HENAO, Silvia *et al.* Políticas públicas vigentes de salud mental en Suramérica: un estado del arte. **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, v. 34, n. 2, p. 175-183, 2016.

LIRA, Izabel Dias; MEDEIROS, Izabel Silva. **INTERSETORIALIDADE NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CONCEPÇÃO DAS PROFISSIONAIS DA REDE DE SERVIÇOS**. In: SEMINÁRIO DO ICHS–Humanidades em Contexto: saberes e interpretações (2014). 2017.

MARCONDES, Mariana Mazzini; SANDIM, Tatiana Lemos; DINIZ, Ana Paula Rodrigues. Transversalidade e intersetorialidade: mapeamento do debate conceitual no cenário brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 10, n. 1, p. 22-33, 2018.

MARQUES LEÃO, Samila; FARIAS FERNANDES DE OLIVEIRA, Isabel Maria; BARROS DE CARVALHO, Denis. O Psicólogo no Campo do Bem-Estar Social: atuação junto às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 14, n. 1, 2014.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. 2 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

PERES, Girlane Mayara; GRIGOLO, Tania Maris. Desafios da Intersetorialidade na Implementação de Programa de Prevenção ao Uso Abusivo de Drogas. **Psicologia: Ciência e Profissão** Out/Dez. 2017 v. 37 n°4, 869-882.

PERES, Girlane Mayara; GRIGOLO, Tania Maris; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Desafios da Intersetorialidade na Implementação de Programa de Prevenção ao Uso Abusivo de Drogas. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 37, n. 4, p. 869-882, 2017.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Transversalizando as políticas públicas: quando a intersetorialidade se torna rizomática. **Psicologia em Estudo**, v. 22, n. 3, p. 421-432, 2017.

SILVA, Rafael Bianchi; CARVALHAES, Flávia Fernandes de. Psicologia e políticas públicas: impasses e reinvenções. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 247-256, 2016.

SILVA, Vanessa. **A dimensão intersetorial da Política Pública de Assistência Social com a Escolarização: uma revisão interrogativa de literatura à luz da Psicologia Política**. *Psicologia Política*, vol. 18, nº 41, p. 96-113, 2018.

TUMELERO, Silvana Marta. Intersectorialidade nas políticas públicas. **Guaju**, v. 4, n. 2, p. 209-228, 2018.

VERIDIANO, André Leonardo; ANDRADE, Letícia de; GOMES; Allan Henrique. Práticas intersectoriais na atenção às pessoas em situação de rua: uma atuação entre “saúde” e “assistência social”. **Visão Caçador-SC**. v. 6, n. 2. p. 155-166. jul./dez. 2017.

ZAVETTIERI-MANGIN, Grazia. **La construction du sens du développement des compétences psychosociales**. 2017. Tese de Doutorado. Université de Lorraine.

¹ Acadêmico do Curso de Psicologia da Universidade Tiradentes. E-mail: sleo3097@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade Tiradentes. E-mail: nivinhatorresneves@gmail.com

³ Professora do Psicologia da Universidade Tiradentes. E-mail: meloliviab@gmail.com

Trabalho apresentado como requisito para Conclusão do Curso de Psicologia.